

Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima

**DA JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA AOS
PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS:
UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA EFETIVIDADE
DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO BRASIL**

EDITORA
PROCESSO
Rio de Janeiro
2022

EDITORA PROCESSO

Tels: (21) 3128-5531 / (21) 3889-8181 / (21) 2209-0401

www.editoraprocesso.com.br

www.catalivros.com.br

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio Ltda ME

Copyright© 2022 Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comitri Giberton

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Cleyson de Moraes Mello

Encas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedroso

Hélio do Vale Pereira

Joyccane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martonio Mont' Alverne Barreto Lima

Mauricio Morcira Menezes

Melhim Namem Chalhub

Ricardo Calderón

Sergio Campinho

Zeno Veloso (*In memoriam*)

Diagramação - Mariana Carvalho

Capa - Alexander Marins

Imagem de Racool_studio por Pixabay

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

L346j Lima, Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira
Da judicialização da vida aos precedentes judiciais obrigatórios: uma análise do impacto na efetividade dos direitos da personalidade no Brasil - Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima
Rio de Janeiro: Processo 2022
426p. ; 23 cm
ISBN 978658935183-2
1. Da judicialização da vida aos precedentes judiciais obrigatórios. 2. Brasil. I. Título.
CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Dirceu Pereira Siqueira 11

APRESENTAÇÃO

Oscar Ivan Prux 15

INTRODUÇÃO 39

Capítulo 1

A JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA NO BRASIL E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA
..... 47

1.1 Contextualização Histórica..... 47

1.1.1 Do Constitucionalismo Liberal ao Neoconstitucionalismo:
Do Positivismo Jurídico ao Pós-Positivismo, do Juiz Autômato ao
Juiz Protagonista..... 48

1.1.2 Linha Tênu e entre Direito e Política e o Protagonismo
Judicial: Do “Debate” entre Carl Schmitt e Hans Kelsen até a
Visão Dworkiana 55

1.1.3 Jurisdição Constitucional no Brasil e Ascensão Política do
Judiciário 62

1.2 Judicialização e Ativismo no Brasil: Aproximações e Nuances de
Distinções Necessárias 70

1.2.1 A Problemática Conceitual do Ativismo Judicial e suas
Nuances 71

1.2.2 Judicialização e Ativismo Judicial: Nuances de Distinções
Necessárias e Aproximações 87

1.2.3 A Judicialização da Vida: Ponderações Críticas do Ativismo nesse Contexto.....	99
1.3 Protagonismo Judicial e Legitimidade Democrática	106
1.3.1 Efetividade das Normas Constitucionais e Mudanças Paradigmáticas à Interpretação Constitucional.....	107
1.3.2 Críticas e Limites à Expansão	113
1.3.3 A Função Integradora dos Princípios e a Busca de Conformação Constitucional do Protagonismo Judicial	124

Capítulo 2

OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	133
2.1 As Interfaces dos Precedentes Judiciais nos Sistema Jurídicos no Direito Comparado e os Influxos no Sistema Brasileiro: Recorte Histórico, Hermenêutico e Democrático	133
2.1.1 Sistemas do <i>Civil Law</i> Inglês e Norte-Americano e <i>Common Law</i> : Das Especificidades no Direito Comparado Rumo às Aproximações.....	134
2.1.2 Modelos de Estado, Constituição e Influxos no Processo: Aproximações Epistemológicas e Axiológicas nas Interações entre Direito Material e Processual	143
2.2 O Sistema dos Precedentes Judiciais no Direito Processual Civil Pátrio e suas Especificidades.....	148
2.2.1 Dos Antecedentes Legislativos aos Precedentes Judiciais no CPC: Breve Panorama Histórico	148
2.2.2 Fundamentos Principiológicos no CPC aos Precedentes Judiciais	153
2.2.3 Precedentes Judiciais “À Brasileira”: Da Conceituação às Distinções Necessárias com outras Fontes do Direito Jurisprudencial.....	171

2.2.4 Efeitos e Classificação dos Precedentes Judiciais, Obrigatoriedade e (In)Constitucionalidade	176
2.2.5 A Operacionalização ou Dinâmica dos Precedentes e Categorias Fundamentais: Da Dificuldade Prática à Identificação da <i>Ratio Decidendi</i> à (Im)Possibilidade de Superação.....	182
2.3 Virtudes e Defeitos dos Precedentes Judiciais “À Brasileira” à Luz da Hermenêutica Constitucional e da Racionalidade Ética...	199

Capítulo 3

DA JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA AOS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	219
3.1 Por uma Teoria Geral dos Direitos da Personalidade com Fundamento na Dignidade da Pessoa Humana.....	220
3.1.1 Aspectos Fundamentais do Desenvolvimento dos Direitos da Pessoa Humana: Breve Escorço Histórico da Antiguidade Clássica à Consolidação no Século XX.....	220
3.1.2 Direitos Humanos, Fundamentais e da Personalidade: Aproximação Axiológica e Distinções Necessárias	227
3.1.3 Direitos da Personalidade e suas Especialidades: Da Conceituação e dos Fundamentos Rumo à Teoria Geral.....	237
3.1.3.1 <i>Direitos da Personalidade: Relevância Terminológica e Evidente</i>	237
3.1.3.2 <i>A Dignidade da Pessoa Humana como Cláusula Geral de Tutela dos Direitos da Personalidade e a (Im)Possibilidade de Teoria Geral</i>	251
3.2 Direitos da Personalidade e a Efetividade por Meio do Processo Civil: Do Ativismo Judicial aos Precedentes Judiciais	270
3.2.1 Expansão do Acesso à Justiça, Jurisdição de Massa no Brasil e Protagonismo Judicial: Conformação Constitucional.....	270

3.2.2 A Padronização Decisória por Meio dos Precedentes Judiciais: Um Panorama em Números das Demandas Repetitivas e da Judicialização da Vida	283
3.2.3 Entre o Ativismo Judicial e os Precedentes Judiciais em Contexto de Direito da Personalidade: A (In)Compatibilidade	289
3.2.3.1 <i>Ativismo Iluminista ou Positivo e sua Relação com a Formação dos Precedentes Judiciais: Uma Análise Casuística do Direito da Personalidade ao Nome a Partir da Identidade de Gênero e do Reconhecimento da União entre Pessoas do Mesmo Sexo como Entidade Familiar</i>	290
3.2.3.2 <i>O Ativismo Axiológico ou Negativo e sua Relação com os Precedentes Judiciais: Uma Análise da Judicialização da Saúde</i>	311

Capítulo 4

O “SISTEMA DE JUSTIÇA” À PROCURA DE RACIONALIDADE ÉTICA: CAMINHOS POSSÍVEIS	329
CONCLUSÃO	371
POSFÁCIO	
<i>Zulmar Fachin</i>	395
REFERÊNCIAS	399